

Setor dos seguros reclama mais atuação no combate às alterações climáticas

17 de Janeiro, 2022

Os dados mais recentes da resseguradora Munich RE sobre perdas seguradoras são demonstradores de que os desastres naturais consequentes das alterações climáticas causam enormes prejuízos para o ambiente e para a economia, principalmente em 2021. Apesar da problemática não ser nova, são cada vez mais as resseguradoras a reclamar a inércia dos Governos e das empresas, uma questão que tem levado ao contínuo agravamento da situação. Quem tem dado voz a esta problemática é **Pedro Rego**, CEO da F. REGO, que, em entrevista à Ambiente Magazine, faz uma análise destes dados, apontando algumas soluções para minimizar tais impactos.

“As alterações climáticas têm como natural consequência o agravamento dos danos pessoais e materiais objeto de seguro, aumentando de forma exponencial o valor dos sinistros suportados”, começa por explicar Pedro Rego, destacando que tal aumento provém do “incremento da frequência, com uma assinalável e transversal subida da quantidade de eventos extremos que ocorre ao longo do ano, nas diversas geografias”; e do “agravamento da severidade, que faz com que a natureza destrutiva desses mesmos eventos atinjas valores recorde de prejuízos”. Olhando para os dados divulgados pela resseguradora MunichRE, o responsável não tem dúvidas sobre as conclusões relativas aos impactos dos fenómenos climáticas no conjunto de perdas originadas mundialmente: “As cheias registadas na Alemanha terão representando o maior prejuízo de sempre em termos de desastres naturais no país”, exemplifica. E quando se fala em perdas, sejam de pessoas ou materiais, o CEO da F. REGO pormenoriza esta questão, destacando a perda de vidas humanas, geralmente com seguros de vida ou acidentes envolvidos e, por outro lado, danos materiais em infraestruturas, edifícios, culturas, paralisações: “Falamos de fenómenos extremamente devastadores, com impacto ao nível das vidas humanas, habitação e economia”.

Sobre soluções, Pedro Rego defende a necessidade de adaptação da generalidade dos setores, a que a indústria seguradora não é exceção, ao novo paradigma preconizado pelas alterações climáticas: “Este desajustamento é responsável por uma resposta menos eficaz e preparada, com consequências financeiras bastante preocupantes”. No curto prazo, a solução apontada pelo responsável, passa por um “ajuste de modelos de tarifação e de pricing do mercado, com a exigência de um preço mais elevado para a cobertura de risco”, bem como pela “imposição crescente de limitações de cobertura (como franquias ou retenções)”. Já no médio e longo prazo, “a solução não é distinta da preconizada pelas agências internacionais, que incide no controlo das emissões, de forma a que, esperemos, o impacto extremo destes eventos se reduza”, acrescenta.

Apesar de não existirem dados concretos e específicos sobre as alterações climáticas em Portugal, o CEO da F. REGO indica, contudo, que há “registos e provas da ocorrência de sinistros com cada vez maior frequência e

severidade”, tendo os últimos anos sido a prova que nem o país está a salvo de eventos de clima extremo. Desta forma, as consequências que podem ter na economia são reais: “O seguro é um sistema de transferência de riscos e responsabilidades numa lógica mutualista, pelo que a experiência nos ensina que sempre que o valor dos danos seguros aumenta, também o valor dos danos sem seguro, a começar por infraestruturas públicas, sofre um acréscimo”. Naturalmente que estas situações levam a um “impacto económico” muito significativo sobre o Estado e todos os agentes económicos, que, em muitos casos, não têm qualquer proteção: “Os fogos florestais de 2017, as inundações da Madeira, entre outros, são exemplos de eventos com enorme impacto económico”, refere.

Quando comparado com outros países europeus, Portugal tem sofrido um “aumento da ocorrência e da severidade, não devendo, por isso, ignorar-se os potenciais danos decorrentes do aumento da temperatura” a nível mundial, como a subida do nível do mar e o aumento dos períodos de seca: “Estes fenómenos, além dos preocupantes impactos que encerram em si próprios, têm consequências nefastas para a economia, em particular para determinados setores, como o agrícola, extremamente dependentes das condições e previsibilidade climatérica. Também aqui o setor segurador tem vindo a ajustar a sua oferta, de modo a cobrir os novos riscos que advêm destes cenários”.

No que concerne às alterações climáticas, Pedro Rego defende que a atuação terá, evidentemente, de ser realizada a uma “escala global”, com o compromisso de Governos, empresas e sociedade civil, para uma “efetiva redução do consumo de recursos e da poluição, nas suas diferentes modalidades”. Contudo, o aumento da frequência dos fenómenos naturais tem, de alguma forma, acelerado o “sentido de urgência para a atuação” perante este cenário dramático, pelo que “acredito que a agenda para a transição climática mereça, nos próximos anos, uma efetiva priorização à escala mundial”.

Face ao cenário das alterações climáticas, a F. REGO está “consciente e comprometida” com a necessidade de “redução das emissões”, tendo implementado um “conjunto de práticas conducentes à redução da pegada ambiental” como a “aquisição de viaturas elétricas”, a “eliminação quase total de papel”, a “digitalização de processos”, a “implementação de sistemas de otimização de consumo de eletricidade e água e separação e reciclagem de resíduos”, bem como “medidas de cariz mais específico e sensibilizador”, remata.